TRANSFORMAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO: uma breve análise da Política de Atenção à saúde dos/as servidores/as públicos/as da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA.

TRANSFORMATION IN THE WORLD OF WORK: a brief analysis of the Health Care Policy for public servants of the Federal Rural University of Amazônia - UFRA.

Mylvia Masako Anaissi Kikuchi[1]

Laura Michele Serrão Lima Gomes[2]

RESUMO: Este artigo pretende analisar, a partir do referencial de uma teoria social critica, os elementos acerca da transformação do mundo do trabalho e os impactos no serviço público, assim como a Política de Atenção à saúde dos/as servidores/as públicos/as da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, vinculada ao decreto nº 6.833 de 29 e abril de 2009, que institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS.

PALAVRAS - CHAVE: Mundo do trabalho, Política de Atenção à saúde, servidor público.

ABSTRACT: This article aims to analyze, from the framework of a critical social theory, the elements concerning the transformation of the world of work and the impacts on public service, as well as the Health Care Policy of public servants of the University Federal Rural da Amazônia - UFRA linked to Decree No. 6,833 of April 29, 2009, which institutes the Integrated Health Care Subsystem for Federal Public Servants - SIASS.

KEYWORDS: World of work, Health Care Policy, public servant.

1 INTRODUÇÃO

[1] Assistente Social da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA; Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará - UFPA/PPGSS; e-mail: mylvia.anaissi@gmail.com

[2]Assistente Social da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará - UFPA/PPGSS; e-mail: lmichele.lgomes@gmail.com

O presente artigo tem como proposta analisar, a partir do referencial de uma teoria social crítica, as transformações do mundo do trabalho e a importância da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalhador - PASS da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA direcionada aos/às servidores públicos da instituição, destacando como forma consolidada de atender e responder às demandas manifestadas pelos/as servidores/as públicos/as federais relacionadas ao campo da saúde e segurança do trabalhador.

Considera-se para essa discussão os diversos ataques e o desmantelamento dos serviços públicos na atual conjuntura brasileira, processos esses intensificados com a PEC 95 (2016), contra-reformas administrativas e com a pandemia da Covid-19 que atinge diretamente a classe trabalhadora mais empobrecida da população e também os trabalhadores em geral, por meio do crescente número de adoecimentos e até mortes que podem ser gerados a partir de agravos relacionados diretamente às condições e ambientes de trabalho.

Diante disso, ressalta-se a importância dos estudos sobre o trabalho para compreender a realidade atual, partindo das transformações do mundo do trabalho desde a década de 1970 e 1980 e especificamente na década de 1990 no setor público estatal (*lócus* de análise desse estudo) na tentativa de garantir a dinâmica de acumulação do capital que introduziu novas formas de gestão da força de trabalho com a reestruturação produtiva, juntamente com as políticas neoliberais e a globalização.

Desta forma, questiona-se se a humanidade estaria vivendo um retrocesso civilizatório ou se apenas um aprofundamento do que se vivencia desde a origem deste modo de produção, com a introdução de novas técnicas e novos modos de ser do trabalho que usurpa e explora a classe trabalhadora em nível global para a continuidade desse sistema desigual e desumano?

O artigo está estruturado em duas seções, a saber: o primeiro momento intitulado "**Crise do Capital e as transformações no mundo do trabalho**", aborda de forma geral as crises do capital e as transformações do mundo do trabalho desde a década de 1970, com a reestruturação produtiva e a precarização e corrosão do trabalho.

O segundo momento apresenta "**A transformação do mundo do trabalho no serviço público e a Política de Atenção à saúde e segurança dos servidores públicos da UFRA",** abordando seu contexto histórico, legislações que regulamentam esta política nas instituições públicas federais, assim como a realidade dessa política na UFRA.

2 CRISE DO CAPITAL E AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

Meszáros (2011) afirma que a crise capitalista a qual vivencia-se hoje é uma crise fundamentalmente estrutural. Essas crises que tem intensidade e duração diversas são o modo de existir do capital, formas de ultrapassar seus limites imediatos e progredir, aumentando sua forma de operacionalização e dominação. Para o autor, a novidade da crise atual se manifesta em quatro aspectos fundamentais: tem caráter universal, com alcance global, com escala de tempo intensa, extensa, permanente e contínua, com o modo de se deslocar rastejante e sem perder a energia.

A crise estrutural, a qual aborda Meszáros (2011), afeta a totalidade de um complexo global e todas as suas relações e partes que a constituem são articuladas. Neste sentido, diferentemente do que se tinha com as crises parciais – nas quais se podia deslocar e manejar suas contradições existentes, como um sistema autônomo – na crise estrutural, não há esta alternativa de deslocamento, pois "uma crise estrutural não está relacionada aos limites imediatos, mas aos limites últimos de uma estrutura global". (MESZÁROS, 2011, p. 797).

> A crise estrutural "rastejante" – que, entretanto, avança implacavelmente – só pode ser entendida como um processo contraditório de ajustes recíprocos (uma espécie de "guerra de atrito"), que só pode ser concluído após um longo e doloroso processo de reestruturação radical inevitavelmente ligado as suas próprias contradições. (MESZÁROS, 2011, p. 797).

Há três dimensões fundamentais no desenvolvimento histórico do capital, são elas: produção, consumo e circulação/distribuição/realização que tendem a se fortalecer e reproduzir uma dinâmica cada vez mais ampliada. Neste sentido, suas limitações imediatas são superadas, e as contradições existentes são utilizadas para aumento extremo do poder sem limite de autorreprodução do capital.

A crise estrutural do capital que advém dos anos 70 é o resultado dos problemas existentes de sua tripla dimensão, que rompe com seu processo de crescimento e falha no deslocamento das contradições existentes no sistema, não conseguindo resolvê-las. As dimensões internas se constituem como unidade contraditória, sendo uma subjugada a outra para fazer funcionar o sistema global, porém quando seus interesses coincidem elas tendem a se acumular, bloqueando o deslocamento de suas contradições, portanto, tornam-se estruturais, porque o capital não resolve suas contradições.

Meszáros (2011) afirma que a crise estrutural não se resume à esfera socioeconômica, ela reverbera também em todo espectro das instituições políticas, afetando toda a sociedade, como nunca antes visto, “é uma verdadeira crise de dominação” (p.800). Esta afirmativa pode ser observada em todos os campos da vida social, a crise estrutural avança por toda as partes da sociedade, tornando-se global. Afeta as relações humanas e sua relação com a natureza. Há uma devastação da natureza sem precedentes na história, as necessidades humanas são subordinadas à autorreprodução do capital, se não garantem isto, são supérfluas ao sistema.

No livro “Serviço Social em tempo de capital e fetiche”, Iamamoto (2015) trata sobre a mundialização do capital como mundialização da “sociedade global” acionada pelos grupos industriais, transnacionais e pelas instituições financeiras. Atuam sobre o efetivo respaldo dos Estados Nacionais, sob a orientação dos organismos internacionais. Iamamoto (2015) afirma que o capital aparece como se pudesse criar “ovos de ouro”, é o que ela chama de fetiche das finanças. Esta dominação é impensável sem a intervenção política e apoio do Estado Nacional que corroboram e estabelecem um quadro político de liberalização e privatização.

A autora afirma que a mundialização do capital homogeiniza os modos de dominação ideológica e dos objetos de consumo, por meio da tecnologia e multimídia, e tem em seu bojo um desenvolvimento desigual e combinado, concentrando a riqueza em um polo social, que também é espacial e no outro lado a polarização da riqueza e da miséria.

Neste sentido, observa-se que a mundialização do capital foi um remédio às crises do capital, atribuindo uma condição cosmopolita aos Estados Nacionais como forma de expansão da produção, consumo e circulação, no que tange a ultrapassar os seus limites, buscando formas de autorreprodução, sem considerar os retrocessos civilizatórios, que o sistema traz a humanidade.

Tais retrocessos civilizatórios são escamoteados pelo desenvolvimento do capital. Esse processo de acumulação capitalista metamorfoseia a "Questão Social", Sobre isso Iamamoto (2015, p.125) afirma:

> O predomínio do capital fetiche conduz a banalização do humano, a descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era da finança. Nessa perspectiva, a questão social é mais do que a expressão da pobreza, miséria e "exclusão". Condensa a banalização do humano que atesta a invisibilidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social- e dos sujeitos que a realizam na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas- ao capital dinheiro e ao capital mercadoria, retrata na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social. (IAMAMOTO, 2015, p.125).

A partir de Meszáros (2011) e Iamamoto (2015), observa-se que nessa conjuntura intensificam-se as mais variadas expressões da "questão social", desigualdades sociais e econômicas que perpassam, inclusive, por um processo de total precarização do trabalho e exclusão de todas as políticas sociais, levando o homem ao não acesso às suas necessidades mínimas.

Neste sentido, compreende-se a questão social em tempos atuais como um conjunto multifacetado das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. A "questão social" expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Deste modo, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, que são produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando a plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. (IAMAMOTO, 2015. p.155-160).

Alves (2007), concordando com Meszáros (2011), indica também que foi na metade da década de 1970, com a crise estrutural do capital, que ocorreu um

processo de reestruturação capitalista o qual atingiu/atinge as mais diversas instâncias do ser social e entre elas o mundo do trabalho. Esta reestruturação da produção tem origem na terceira revolução industrial que impulsionou a revolução tecnológica. Ela ocorre sob a mundialização do capital e se constitui com a precarização do trabalho, alterando a morfologia da produção de mercadorias em suas diferentes dimensões.

> A introdução de novos "modelos produtivos" foi lenta, desigual e combinada, percorrendo a maior parte do século XX. Ela atingiu de forma diferenciada países e regiões, setores e empresas da indústria ou de serviços. O que surge hoje, com o novo complexo de reestruturação produtiva, o toyotismo, é tão somente mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo. (ALVES, 2017, p.156)

Para Alves (2017), a reestruturação produtiva, enquanto racionalização da produção, estrutura-se a partir das inovações do toyotismo, centradas no princípio da flexibilidade que estabelece valores e regras ao trabalho vivo. Constitui em empreendimento capitalista que se baseia em uma "produção fluida, produção flexível e produção difusa" (ALVES, 2017, p.158). O autor considera como cerne do toyotismo o "engajamento estimulado" do trabalho que captura a subjetividade do trabalhador que busca pela eficácia relativa a operacionalização em série de dispositivos técnicos-organizacionais que sustentam a produção fluida e difusa.

É com a crise estrutural do capital e sua mundialização na década de 1980 que o toyotismo se instala de forma universal como novo método de gestão da produção. Desta forma, Alves (2017, p.158) explica no que consiste esta forma de gestão da produção:

> O toyotismo não é meramente o "modelo japonês" ou "japonismo". Apesar de ter a sua gênese histórica no Japão, nos anos 1950, é a partir da mundialização do capital, isto é, no decorrer da década de 1980, que o toyotismo adquiriu dimensão universal. A partir daí ele perde sua singularidade restrita e seu valor ontológico para a produção capitalista o projeta como uma categoria universal, que articula, em si, um complexo de particularidades regionais, nacionais (e locais), seja de setores e empresas. (ALVES, 2017, p.158).

O toyotismo adapta-se às condições específicas do modo de produção sejam elas nacionais, regionais, setoriais. Articula-se e mescla-se com outras formas de racionalização do trabalho como o fordismo-taylorismo. Alves (2017) explica que o

toyotismo não é apenas um método de gestão. Ele é resultado de um processo de luta de classes, no qual o operariado enfrenta importantes derrotas, tornando possível a introdução dessa nova organização social da produção. Neste sentido, para Alves, (2017, p.161) “Ele é um dispositivo organizacional e tecnológico cuja “intentio recta” é buscar debilitar (e anular) ou “negar”, o caráter antagônico do trabalho vivo no seio da produção do capital” (ALVES, 2017, p. 161).

O resultado positivo, para o capital, do sistema Toyota está relacionado com as grandes derrotas da classe operária, juntamente com a neutralização política e ideológica que levou os sindicatos a se transformarem em sindicatos de empresa, corporativos, favorecendo o grande capital em detrimento da luta dos trabalhadores. É uma nova “captura” da subjetividade do trabalhador pela lógica do capital, que consiste no controle do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma nova subsunção real do trabalho ao capital.

Para Antunes e Druck (2014), o capitalismo, mais recentemente, vem intensificando a corrosão do mundo do trabalho, como mecanismo de preservação e ampliação de sua lógica. Com a mundialização do capital há uma enxurrada de novas modalidades de trabalho, que tem em seu bojo a extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. Os autores indicam que o capital deu início a várias formas de transformações do processo produtivo, entre elas, formas de acumulação flexível, introdução de tecnologias, a implantação do modelo toyotista como alternativa ao modelo taylorismo/fordismo. O “toyotismo ou modelo japonês, que a partir dos anos 80, expandiu-se e ocidentalizou-se, tendo enormes consequências no mundo do trabalho através da chamada liolifização organizativa da “empresa enxuta””. (ANTUNES, DRUCK, 2014, p.14).

Segundo os autores supracitados, essas formas de trabalho são alarmantes e neles estão contidos a desregulamentação dos direitos trabalhistas em escala global, a terceirização, subcontratação, controle de qualidade total, “gerência participativa”, a transformação dos sindicatos autônomos em sindicatos corporativos. O processo de precarização e flexibilização das formas de trabalho está no cerne das transformações da produção, com desmonte total da legislação trabalhista, conquistada pelos trabalhadores por meio das árduas lutas sociais. Vive-se uma fase de desconstrução do trabalho, nunca antes vista.

Rosso (2017), no livro “O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor”, afirma que a flexibilização é um processo mundial que desconstrói o trabalho e retira os direitos dos trabalhadores, conquistados pela luta de classes. A flexibilização das horas de trabalho é estratégia de acumulação do capital que converte tempo de não trabalho em tempo de trabalho.

A tese do autor indica que a flexibilização do trabalho altera as relações que existem entre dois mundos: o do trabalho e o do não trabalho. Não existe mais fronteiras entre esses dois mundos, eles são indistintos e o celular permite essa disponibilidade do trabalhador em tempo integral, em seu descanso em casa, horário de lazer e até mesmo no horário noturno, qualquer hora é hora para trabalhar.

A flexibilização do trabalho reduz os direitos dos trabalhadores e reproduz ainda mais a desigualdade social e precarização do mundo do trabalho. Este fenômeno oferece ao capital disponibilidade do tempo da força de trabalho de todo o mundo. Entre os grupos mais afetados com a flexibilização, estão jovens e idosos, mulheres, negros, pardos e indígenas que ficam à mercê de um trabalho, no qual prevalece horários atípicos e flexíveis, com remunerações mais baixas, cristalizando uma abissal desigualdade social e econômica, acirrando um processo ainda maior de discriminações, racismo e sexismo, causando o adoecimento do trabalhador.

3 A TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO E A POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE E SEGURANÇA DOS SERVIDORES PÚBLICOS NA UFRA.

As transformações do mundo do trabalho oriundas da década de 1970 e as transformações dos processos produtivos também chegam ao setor público e se intensificam na década de 1990 com a implantação de um Estado neoliberal no contexto brasileiro, causando fortes impactos negativos, implicando no sucateamento das instituições públicas como a falta de recursos, diminuição do quadro funcional via concurso público, considerando a política de trabalho temporário e de terceirização da mão de obra. O servidor público vivencia as mesmas mazelas dos trabalhadores da área privada, ainda que visto como improdutivo da lógica capitalista:

> [...] engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para o uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo da produção do capital e de criação de mais-valia. São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca. (ANTUNES, 2000, p. 102).

As reformas administrativas realizadas no serviço público intensificaram retrocessos impostos aos trabalhadores, referentes a condições inadequadas para realização de trabalho, estagnação de salários, entre outros. Além disso, uma imposição ideológica de desqualificação do trabalho desenvolvido pelos servidores públicos, enfatizando a ideia de que pouco trabalha ou nada produz, no sentido de enfatizar que o que é público é ruim e o que privado é bom, justamente como proposta neoliberal de desmonte do Estado, tornando- se mínimo para o social e máximo para o mercado.

Ainda nessa perspectiva, observa-se o enxugamento e o sucateamento do serviço público, a instituição de novas formas de precarização do trabalho, o aumento das horas de trabalho, das demandas pelos serviços e, contraditoriamente, a diminuição dos investimentos públicos. Essas ações comprometem a qualidade dos serviços, acentuando ainda mais a precarização do trabalho na esfera pública, deixando de lado o real sentido do trabalho, no que se refere à relação intrínseca entre homem e natureza, levando o trabalhador ao seu grau máximo de exploração, numa constate escolha entre sobreviver, nas piores condições de trabalho ou morrer. O trabalhador na atualidade é mera mercadoria, assim como todas as outras mercadorias, facilmente substituído.

A contemporaneidade é marcada pelo acirramento dos antagonismos de interesses de classe, relações de trabalho advindos da crescente dinâmica do conhecimento, das transformações e inovações tecnológicas, da falta de comunicação e qualificação nas relações interpessoais, das precárias condições nos ambientes de trabalho, da competitividade e do assédio moral. Esses elementos têm sido responsáveis pela crescente realidade de adoecimento do trabalhador. Segundo ANTUNES (2000), neste cenário atual pode-se constatar que:

> [...] a sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge não só os países do chamado Terceiro Mundo, como o Brasil, mas também os países capitalistas centrais. A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma

> imensa precarização do trabalho e aumento monumental do exército industrial de reserva [...]". (ANTUNES, 2000, p.16)

O trabalho pode ser considerado como um determinante da saúde e do bem-estar do/a trabalhador/a e de sua família, por ser gerador de renda, ter uma dimensão humanizada que permite a inclusão social, considerando desta forma como um efeito protetor. Contudo,, por outro lado, pode causar mal-estar, sofrimento, adoecimento e até morte das/os trabalhadores. (BRASIL, 2018).

Ao focalizar o contexto apresentado, destaca-se a importância do trabalho de prevenção, a necessidade de as empresas e instituições públicas realizarem as ações de vigilância sanitária[3] e vigilância epidemiológica,[4] visando à promoção da saúde física e mental do trabalhador. Tais ações são essenciais para o conhecimento da realidade, sendo possível identificar riscos à saúde relacionados ao ambiente e condições de trabalho e a partir deste conhecimento traçar estratégias de enfrentamento para a demanda apresentada.

As ações de promoção e vigilância à saúde dos servidores públicos federais, são norteadas pela Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal - PASS, política vinculada também ao decreto nº 6.833 de 29 de abril de 2009, que institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS. Tais legislações abordam e orientam o trabalho com servidores públicos federais no campo da saúde e qualidade de vida.

A necessidade de responder às ações na área de saúde e segurança do trabalho do servidor público federal no Brasil, contribuiu para que os Ministérios e os demais órgãos que compõem o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) tratassem as questões referentes à saúde e segurança. Destaca-se que alguns órgãos conseguiram estruturar serviços em saúde, acompanhados de ações nas áreas de assistência, perícia, promoção e realização dos exames médicos periódicos, porém outros não conseguiram desenvolver nenhuma ação na área de

---

[3] Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde. (Art. 5ª § 1ºda Lei 80.080/90);

[4] Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos. (Art. 5ª § 2º da Lei 80.080/90).

saúde do servidor, inclusive não disponibilizaram nem a possibilidade do acesso às juntas médicas para a concessão de direitos. (BRASIL, 2010).

Apenas em 2003, o Ministério do Planejamento criou a Coordenação-Geral de Seguridade Social e Benefícios do Servidor e em 2006 foi implantado o Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Federal – SISOSP. Porém, somente em dezembro de 2007 é que se implantou, de forma compartilhada, uma Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PASS.

A PASS é uma política sustentada " por um sistema de informação em saúde do servidor, uma sólida base legal, uma rede de unidades e serviços e a garantia de recursos financeiros específicos para a implementação de ações e projetos, movimento este que gerou a criação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS". (BRASIL, 2010). O Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) foi constituído a partir do Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009 e tem como objetivo expresso em seu art. 2º:

> Coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo. (BRASIL, 2010, p. 01).

A legislação que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é a Lei 8.112/90, que estabelece direitos e deveres dos servidores da União. Andrade (2009) destaca que o Regime Jurídico Único - RJU dos servidores públicos federais não contemplou, em seu bojo, artigos específicos sobre a segurança e a saúde dos servidores. Afirma ainda que ao longo dos anos foi acrescentado algumas emendas ao RJU que se referiam a medidas periciais, remuneratórias e compensatórias de exposição a riscos e de seguridade social, mas sem prever parâmetros de melhoria das condições e dos ambientes de trabalho.

Com a finalidade de atender o que propõe a PASS e o SIASS, instituiu-se em um Instituto Federal de Ensino Superior - IFEs no estado do Pará, a Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida – DSQV, unidade responsável pela execução da PASS e atividades do SIASS. A Diretoria é composta pelas Divisões: DASS - Divisão de Atenção à Saúde do Servidor (Serviço Médico e Odontológico); DISST - Divisão de

Saúde e Segurança do Trabalho (Serviço Técnico e Engenharia de Segurança no Trabalho); e a DAP - Divisão de Atenção Psicossocial (Serviço de Psicologia e Serviço Social).

As ações de promoção à saúde na UFRA são desenvolvidas de acordo com a demanda recebida na DSQV, por meio dos registros de atendimentos da DASS, DISST e DAP e dos afastamentos por motivo de saúde registrados pelo SIASS. As ações têm como finalidade trabalhar temáticas que contribuam para o bem-estar, melhoria na qualidade de vida, adoção de hábitos saudáveis e melhoria nas relações de trabalho, conforme preconiza a Portaria Normativa Nº 3, 25/03/13 que institui as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal:

> As ações de promoção da saúde devem contemplar abordagens coletivas que possam influenciar ou modificar hábitos individuais e culturas organizacionais, de maneira a favorecer os espaços de convivência e de produção de saúde, fortalecendo a autonomia dos servidores e contribuindo com suas competências e habilidades. (Portaria Normativa nº3, 2013, art. 9º).

O sistema oportunizou a análise dos índices de afastamentos do SIASS, no qual observou-se nos últimos anos, aumento de casos que relataram sofrimento psíquico, angústias e ansiedade, causadas por situações provenientes do ambiente de trabalho, devido às precárias condições e relações interpessoais na equipe de trabalho, caracterizando a ocorrência de conflitos e, principalmente, de assédio moral.

Frente a realidade apresentada, a equipe interdisciplinar vem realizando uma análise crítica da realidade, visando a conhecer as condições de vida e trabalho dos servidores, bem como os determinantes sociais[5] que interferem no processo saúde-doença, para traçar ações interventivas, visando ao enfrentamento das situações e demandas psicosociais que se apresentam neste cotidiano.

Dentre as ações interventivas apresenta-se a realização de: ações em saúde e sócioeducativas com abordagens em saúde mental, conflitos no trabalho e assédio moral, dentre outras temáticas que apresente demanda; execução de programa e projetos (junto a equipe psicossocial), que abordam temas relacionados a qualidade

[5] De acordo com definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), os determinantes sociais da saúde estão relacionados às condições em que uma pessoa vive e trabalha. Também podem ser considerados os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco à população, tais como moradia, alimentação, escolaridade, renda e emprego. (BRASIL,2009)

de vida, bem-estar no trabalho e agravos à saúde dos servidores; e participação na construção e implementação efetiva de uma Política de Saúde e Qualidade de Vida no trabalho na UFRA.

Vale ressaltar ainda que a Política de Saúde pauta-se na perspectiva da totalidade e atendimento integral desse trabalhador. Neste sentido, alguns conceitos são fundamentais para a atuação dos assistentes sociais na saúde como a concepção de saúde, de integralidade, de intersetorialidade, de participação social, interdisciplinaridade e totalidade. Além disso, o fortalecimento do vínculo do trabalho profissional aos sujeitos coletivos, numa outra perspectiva e direção social. A categoria mediação e totalidade são importantes nos espaços de trabalho, pois garante articulação e implementação, mesmo diante de todas as contradições existentes, possibilidades de observar o sujeito para além da fragmentação, como sujeito coletivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar uma política pública de saúde para os servidores federais em uma perspectiva de direito social, na atual conjuntura, é um desafio para qualquer profissional da área. As condições precárias de trabalho, a falta de profissionais e a grande demanda de trabalho, no qual se apresentam as diversas expressões da questão social, requisita dos profissionais uma atuação e apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais, numa perspectiva de totalidade que dê conta dos processos de adoecimento diretamente relacionados ao ambiente de trabalho.

A realidade mostra que o Estado propôs e regulamentou as políticas de atenção à saúde dos servidores, amparados nas premissas do SUS, entretanto sua materialização e operacionalização seguiram com uma velocidade lenta, em uma perspectiva do não direito e da inacessibilidade, a qual precariza ainda mais as condições de trabalho, impactando diretamente nos processos de saúde e adoecimento. Essa dinâmica gera um ciclo vicioso da não garantia à saúde no ambiente de trabalho, adverso ao que se propõe a política em uma perspectiva de prevenção e atenção, levando à fase final deste processo que é o adoecimento do trabalhador e muitas vezes o seu afastamento do trabalho por causas relacionadas diretamente ao ambiente laboral.

Diante desse contexto das transformações do mundo do trabalho que perpassam por regressões sociais, desmonte de políticas públicas, precarização das condições de trabalho que levam ao adoecimento do trabalhador de forma geral, a realidade perversa a qual estamos vivenciando não apresenta uma política de estado que privilegie a Política Social como uma forma de atingir igualdade social. Pelo contrário, a igualdade social fora deixada de lado, pouco importa as vidas, os sonhos e a dignidade humana, o que importa é a lucratividade, os rumos da economia e o controle da inflação. Mas há esperança diante de tal conjuntura, diante da barbárie experimentada no cotidiano da vida: uma disputa de poder pela hegemonia, numa perspectiva e direção social de uma outra sociedade. E isso só será possível diante do fortalecimento dos movimentos de resistência, transformando demandas individuais em processos de lutas coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni**. Dimensões da Reestruturação Produtiva: Ensaios de sociologia do trabalho**. 2° ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANDRADE, E. T. (2009). **O processo de implementação da política de atenção à saúde do trabalhador em instituições públicas federais: o desafio da integralidade**. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2522/1/ENSP_Disserta%c3%a7%c3%a3o_Andrade_Elsa_Tom%c3%a9.pdf . Acesso em: 22 out. 2020.

ANTUNES, Ricardo, DRUCK, Graça. **A epidemia da terceirização**. In: ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. 1° ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial. 3ª Ed., 2000.

BRASIL, 1990. Lei nº 8.112/1990. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm .Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL, 2009. Decreto nº 6.833. I**nstitui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal -SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6833.htm . Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Manual de perícia oficial em saúde do servidor público federal**. 3.ed. / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público. Brasília: MP, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde do trabalhador e da trabalhadora** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Cadernos de Atenção Básica, n. 41 – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_trabalhador_trabalhadora.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Secretaria dos Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor**. Brasília, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

MÉSZÁROS. Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** 1° ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor.** 1° ed. São Paulo: Boitempo, 2017.